

# Muito além dos incêndios

» CLAUDIA GAIGHER

Jornalista e escritora. Acompanha desde 1998 a saga dos indígenas no Centro-Oeste do Brasil.

Em uma das minhas coberturas de incêndios no Pantanal, eu estava acompanhando a brigada indígena nos combates noturnos. Toda aquela devastação me impactou, e eu chorava ao ver o fogo avançando. Foi quando um brigadista Terena me olhou e disse: “É triste né? Ver que muita gente não conhece o comportamento do fogo... Tem o fogo bom e o fogo ruim.” Fiquei intrigada e perguntei: “Como assim?”. Ele, com o rosto enegrecido pela fuligem, me encarou serenamente e disse: “Fogo bom é aquele calmo, que queima pouco, não mata os bichos e as plantas. E quando vem a chuva, tudo brota verdinho. O fogo ruim é esse aqui, raivoso, que passa queimando e matando tudo no Pantanal”. A explicação me surpreendeu, e fiquei com aquilo na cabeça. Fui estudar a respeito...

Os povos originários vivem no Pantanal há mais de 2 mil anos e sempre usaram o fogo como aliado nas roças de subsistência e na preparação dos campos. Segundo Leticia Garcia, bióloga e coordenadora do Laboratório de Intervenções Ecológicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o Pantanal é parcialmente adaptado ao fogo e algumas espécies, inclusive, dependem do fogo, mas a recorrência dos grandes incêndios vai tornando os ambientes cada vez mais degradados, afetando a resiliência do bioma. O “fogo ruim” está devastando o Pantanal.

O papel dos povos originários na proteção e recuperação de áreas no Pantanal tem se mostrado fundamental. Em praticamente todos os territórios existem brigadas indígenas formadas pelo PrevFogo Ibama. Esses brigadistas estão entre os mais efetivos no combate aos incêndios. São os primeiros a chegar e os últimos a sair das áreas em chamas e têm uma resistência física impressionante. Além disso, as brigadas indígenas têm uma qualidade insuperável no combate e manejo integrado do fogo: o conhecimento do território, fundamental para a chegada imediata aos locais dos incêndios. Seus ancestrais já usavam o fogo bom, e eles sabem o momento certo e o tipo de vegetação que pode ser queimada. É fato que, onde os brigadistas indígenas foram contratados, os resultados têm sido bastante significativos na redução de áreas queimadas.

Só que não podemos esquecer que 95% do Pantanal são formados por fazendas privadas, a maioria de criação de gado. A pecuária extensiva foi instalada há mais de 200 anos e, durante muito tempo, os antigos “reis do gado” eram os maiores proprietários de terra. Agora, a situação mudou, mas a destruição continua. A divisão das fazendas entre os herdeiros, a venda para investidores externos, o abandono de áreas por descapitalização, são situações que têm fragmentado o bioma e tornado ainda mais difícil implementar uma política de conservação na região. Alguns proprietários no Pantanal abriram as porteiras para o ecoturismo, pesquisa e buscaram o PrevFogo para treinar os seus funcionários e formar brigadas civis nas fazendas. Isso tem sido importante no combate inicial dos focos, mas não é suficiente. Os anos de estiagem, sem cheias e o relevo plano encheram os olhos dos produtores de grãos, que já

avançam com as suas lavouras bioma adentro.

Este ano, praticamente todos os focos de incêndio foram provocados por ação humana. Nos anos anteriores, também. O fogo mau compensa. Investigações são feitas, inquéritos instaurados e multas aplicadas, mas, na prática, não muda nada. Tanto que, de 2020 até 2023, o governo de Mato Grosso do Sul aplicou mais de R\$ 50 milhões em multas para quem comprovadamente começou os incêndios. Mas da aplicação das multas ao pagamento tem uma longa espera... Recursos e questionamentos se arrastam, e o pagamento que é bom, nada.

Em julho, foi aprovado no Senado e sancionado pelo Presidente Lula em uma visita a Corumbá, no Pantanal em Mato Grosso do Sul, o

projeto que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, um importante passo no controle de biomassa, educação ambiental, prevenção e fiscalização. Mas e o que foi destruído? E a restauração do bioma? Quem paga essa conta? É preciso responsabilizar e punir efetivamente os culpados.

Até 22 de agosto, 2.031 milhões de hectares do bioma foram queimados, 13,46% da área total, de acordo com dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LASA-UFRJ). A Polícia Federal instaurou 20 inquéritos que apuram os culpados identificando os pontos de ignição dos incêndios pantaneiros. Será que esses inquéritos também vão virar cinzas?



# Os novos novos democratas

» MICHAEL LÓPEZ STEWART  
Cientista político e sócio da Arko Advice

Político em campanha busca uma marca, um branding que o diferencie de seus oponentes na corrida eleitoral. Com isso em mente, em 1992, o governador do estado de Arkansas, Bill Clinton, nas prévias do Partido Democrata, se apresentou como “um tipo diferente de democrata”. O uso dessa frase, que evoluiu para “novo democrata”, demonstrava que o branding preexistente do partido, a sua identidade ampla, havia se tornado mais um passivo eleitoral do que um ativo. Clinton buscava se diferenciar de políticos como George McGovern, Walter Mondale e Michael Dukakis ao se apresentar como um candidato diferente, um candidato que estava mais ao centro e mais conectado aos valores dos eleitores brancos de classe média que haviam abandonado o partido na década de 1980.

Liderados por Clinton, os novos democratas adotaram uma nova linguagem de responsabilidade pessoal, de liberdade de escolha e de igualdade de oportunidade. O Partido Republicano estava em seu auge em meio ao boom econômico da década de 1980 e o fim da Guerra Fria. Foi nesse contexto que o Partido Democrata se reinventou. Bill Clinton e os novos democratas trabalharam para implementar um novo branding de moderação, uma mistura de conservadorismo fiscal e empatia moral. Era uma alternativa ao extremismo ideológico da época, em que uma massa de eleitores se sentia desconfortável com os dois polos. Os paralelos com o atual momento são evidentes.

A mudança de Biden para Kamala permitiu ao partido fazer uma espécie de recomeço. No início de agosto, em uma de suas primeiras grandes compras de publicidade eleitoral, a campanha de Kamala investiu milhões de dólares para veicular propagandas em estados da fronteira sul. A mensagem central da peça: Kamala Harris, como procuradora do estado da Califórnia, trabalhou para fechar a fronteira, acabar com o crime organizado e condenar os cartéis que controlam o tráfico de drogas. A propaganda ainda acrescenta que Kamala, enquanto senadora, apresentou o projeto de lei mais duro e ambicioso em relação à fronteira das últimas décadas.

A campanha entendeu que a fronteira é um ponto fraco eleitoral e foi ao ataque em vez de utilizar a linguagem política de inclusão e acolhimento. Essa estratégia ofensiva foi reforçada pelo discurso do ex-presidente Barack Obama, que disse que, na verdade, foi Donald Trump, ex-presidente e hoje candidato do Partido Republicano, que mandou engavetar uma proposta bipartidária no Congresso americano que ajudaria a solucionar o tema da fronteira. Essa foi só uma das mudanças de postura.

Em seu discurso, Kamala conseguiu apresentar-se de forma eficaz ao eleitorado americano. Ela não apresentou um programa de governo detalhado, mas trouxe um arcabouço moral imbuído de patriotismo que é, talvez, a maior mudança em termos de narrativa eleitoral dessa campanha. Se o propósito do partido opositor é fazer com que a América seja grande novamente (traduzindo aqui o slogan político de Trump), a mensagem de Kamala é que a América já é grande.

Kamala, em seu discurso, disse que as forças armadas americanas têm que ser as forças mais letais do mundo. Ela falou sobre enfrentar ditadores, fortalecer as fronteiras, focar na classe média. Foi um discurso moderado, direcionado aos eleitores que ainda estão em jogo. Uma das mensagens mais fortes: “América, vamos mostrar a nós mesmos e ao mundo quem somos e o que defendemos: liberdade, oportunidade, compaixão, dignidade, justiça e possibilidades sem fim”. As narrativas mais esquerdistas, presentes em sua retórica antes de se tornar candidata, como a equidade e igualdade de resultado, não apareceram na convenção. Obama e Clinton tampouco falaram de equidade.

Aliás, é interessante observar o que mais não foi dito. A linguagem mais radical sobre o direito ao aborto não esteve presente. Os direitos das mulheres e os direitos reprodutivos foram apresentados em narrativas positivas, de casais que gostariam de ter filhos, uma narrativa eleitoral mais astuta. Outro exemplo foi a ausência de qualquer menção ao Defund The Police, uma das principais pautas da eleição de 2020, nascida no caos pandêmico do assassinato de George Floyd.

Derrotas recentes de membros mais progressistas do partido contribuíram para a viabilidade desse ajuste estratégico. Rep. Jamal Bowman (D-NY), crítico feroz da atuação de Israel, não se reelegera. A rep. Cori Bush, democrata do Missouri e membro do “Squad”, grupo progressista da Câmara americana, tampouco se reelegera. A candidata ao Senado pela Califórnia, Katie Porter, voçiferava crítica dos moderados do próprio partido, também sofreu uma retumbante derrota.

Esse pragmatismo radical só foi possível pelas circunstâncias únicas dessa candidatura. O Partido Democrata não fez prévias, que tendem a radicalizar o debate, já que o candidato do partido tem que apelar aos seus membros mais ativistas e radicais para obter a indicação. Como isso não ocorreu, Kamala já partiu para a narrativa eleitoral nacional, sem a radicalização inerente às prévias.

Se a política é a arte do possível, essa Convenção mostrou que o Partido Democrata está direcionando todas as suas forças no alvo do possível. O objetivo, agora, é trazer um apelo amplo, mesmo que represente uma quebra com a tradicional e histórica insistência em coerência programática. O que é possível, hoje, é um arcabouço moral imbuído de patriotismo arquitetado para máxima eficácia eleitoral.

# A evolução do paradesporto e a agenda ESG no Brasil

» WOLF KOS

CEO e criador do Instituto Olga Kos de Inclusão

De amanhã, 28 de agosto, a 8 de setembro acontecerão os Jogos Paralímpicos 2024, em Paris, França. Para essa competição, a delegação brasileira será a maior já anunciada para uma edição dos Jogos no exterior, com 280 paratletas convocados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Trata-se de um avanço conquistado e fruto de muito trabalho de entidades e instituições que tratam a inclusão da pessoa com deficiência promovendo o esporte e todo o seu cunho social.

Sim. O esporte paralímpico representa o social, inserido na agenda ESG entre empresas e instituições, como o Instituto Olga Kos de Inclusão, que, há 17 anos, vem colocando em prática o compromisso de possibilitar a maior interação entre pessoas com deficiência no Brasil. Há o objetivo de somar e levar adiante o desejo de ver o país cada vez mais inclusivo por meio de oportunidades que rompem barreiras sociais.

Entendo, no entanto, que há muito a ser trabalhado pelas empresas indistintamente, assim como pela sociedade, quando se pensa na inclusão social da pessoa com deficiência dedicada ao esporte paralímpico. Sobre essa questão, reforço que promover o esporte paralímpico é também trazer à tona várias das iniciativas sociais praticadas pelas empresas.

Em dezembro de 2023, durante reunião do

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), foi apresentado o Passaporte ESG, que é uma medida protecionista da União Europeia que trata da pauta da pessoa com deficiência voltada aos representantes dos mais diversos setores da sociedade que ajudam na formulação de políticas e diretrizes. Reforço que se trata de uma medida protecionista da comunidade europeia.

A implementação do Passaporte ESG exigiu que todas as empresas envolvidas na cadeia produtiva adotassem as diretrizes estabelecidas pela International Organization for Standardization (ISO), e essas diretrizes visam garantir práticas sustentáveis em todas as etapas de todo processo produtivo, desde a obtenção de matérias-primas até a comercialização do produto final.

Enquanto essa agenda avança mundialmente, no Brasil a pauta continua a ser discutida apenas entre o C-level (executivos) das empresas — sobretudo, as de capital aberto ou do setor financeiro. Isso significa que há quem ainda desconheça o significado de ESG e o quanto são impactados diretamente pelas questões ambientais, sociais e de governança — temas que dão origem à sigla.

Muitos representantes da sociedade civil ainda precisam compreender o significado da

sigla ESG e em todos os escalões. Empresas de todos os setores precisam compreender com mais profundidade o que trata essa agenda, o que poderá auxiliá-las para melhor mensurar a forma como “fazem inclusão”.

Uma dessas iniciativas ocorreu em 1º de junho de 2022 quando o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) disponibilizou o programa de acreditação para a certificação da Escala Cidadã Olga Kos (ECOK), que é um instrumento que objetiva mensurar, a partir de identificação, monitoramento e avaliação, como a inclusão é praticada no mercado de trabalho a partir das principais barreiras que impedem a inclusão laboral em empresas e/ou instituições.

A partir de cinco variáveis, 20 indicadores e 37 requisitos, avalia-se o quanto uma empresa é inclusiva e a qualidade desses ambientes para todas as diferenças — sejam elas por gênero, idade, deficiência, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual ou qualquer outro fator de exclusão.

Nota-se, assim, que ampliar a discussão sobre ESG e sua prática entre as empresas segue como pauta fundamental. A evolução do paradesporto, certamente, tem tudo a ver com a prática ESG, que é uma realidade praticada pelas empresas nacionais.